



SINOPSE SINTIUS

Informativo do Sindicato dos Urbanitários

03/11/2021

Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Ministério do Trabalho proíbe demissão de pessoas não vacinadas contra a covid-19

O ministro do Trabalho, Onyx Lorenzoni (DEM), anunciou nesta segunda-feira (1º) publicação de uma portaria proibindo empregadores de exigir a comprovação de vacinação contra a covid-19 para a contratação ou manutenção de um trabalhador no emprego. O texto da Portaria nº 620 do ministério considera como “prática discriminatória a obrigatoriedade de certificado de vacinação em processos seletivos de admissão de trabalhadores, assim como a demissão por justa causa de empregado em razão da não apresentação de certificado de vacinação”.

Em julho passado, a Justiça do Trabalho em São Paulo confirmou a demissão de uma trabalhadora que se recusou a tomar vacina contra a covid-19. Por unanimidade, a 13ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região confirmou decisão de primeira instância que validou a dispensa por justa causa de uma auxiliar de limpeza que trabalhava em um hospital infantil e se recusou a ser imunizada duas vezes. O caso aconteceu em São Caetano do Sul, em São Paulo.

Em setembro, a presidenta do Tribunal Superior do Trabalho, Maria Cristina Peduzzi, afirmou em entrevista que trabalhadores poderiam ser demitidos ao recusarem a vacina. “O direito da coletividade se sobrepõe ao direito individual. Então, se um empregado recusa a vacinação, vai comprometer o meio ambiente de trabalho, que necessariamente deve ser promovido, por meio do empregador, da forma mais saudável possível. Por isso que há uma justificativa que tem embasado decisões nesse sentido”, disse a presidente do TST ao UOL. A opinião da magistrada vai ao encontro de decisões que levaram em conta esse entendimento em primeira e segunda instâncias.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 03 de novembro.

A vida é um direito acima de todos, afirmam em nota centrais sindicais

As Centrais Sindicais divulgaram nota, na tarde desta terça-feira (2), repudiando a Portaria MTP nº 620, que retira a obrigatoriedade de trabalhadores tomarem a vacina contra a Covid-19 e que, de acordo com as lideranças sindicais, cria um ambiente de insegurança e desproteção sanitária.

Os sindicalistas entendem que mais do que uma distorção do entendimento sobre as regras de convívio social, essa é a nova demonstração, por parte do governo, de total falta de sensibilidade e empatia. “Felizmente é tradição do povo brasileiro aderir a campanhas de vacinação e virar as costas para ideologias perversas que, através de informações falsas, disseminam o movimento antivacina”, diz o documento.

Na nota, os dirigentes defendem a ampla cobertura vacinal. “Defendemos de forma intransigente a ratificação da convenção 158 da OIT que trata da proteção dos empregos contra as demissões arbitrárias”.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 03 de novembro.

Brasil sentirá impactos econômicos da pandemia até 2050, diz pesquisa

Os impactos sociais e emocionais da pandemia de covid-19 são amplamente conhecidos, divulgados e podem ser sentidos mais corriqueiramente. Pesquisadores da Rede Clima integraram dados epidemiológicos a um modelo econômico e identificaram que os impactos econômicos das mortes na pandemia no Brasil poderão ser observados até 2050.

Em 2050, segundo as projeções da pesquisa, os impactos mais expressivos sobre o Produto Interno Bruto (PIB) no longo prazo poderão ser percebidos no Amazonas (-1,38%) e no Acre (-1,35%). Em seguida estão Rondônia (-1,2%) e Roraima (-1,1%). Por outro lado, alguns estados conseguirão se recuperar mais rapidamente no longo prazo: Pará (0,34%), Tocantins (0,28%), Piauí (0,14%), Maranhão (0,12%), Minas Gerais (0,09%) e Espírito Santo (0,03%).

“A pandemia teve impacto, obviamente, de curto prazo, com o fechamento do comércio, da indústria, de serviços, a perda dos deslocamentos, perdeu-se produção e emprego nos anos de 2020 e 2021. Isso é notório. Mas esse impacto de longo prazo, das fatalidades, é uma coisa pouco falada e muito pouco estudada”, explica o professor da UFMG.

Saiba mais em: A Tribuna, sábado 30 de outubro.

Preços recuam em outubro, mas ainda estão em patamar elevado

A taxa de inflação dos alimentos começa a registrar pressão menor nas últimas semanas, mas isso não significa alívio para o consumidor, principalmente para o de menor renda.

Os preços de negociações dos alimentos se acomodaram no campo, mas em patamar bastante elevado, e não há perspectivas de retorno aos baixos valores anteriores.

Mesmo que a taxa de inflação indique estabilidade ou até queda na alimentação, a renda do consumidor está achatada pelo desemprego e pela redução de atividades dos autônomos. Nos últimos dois anos, os alimentos subiram 33% para os consumidores paulistanos, segundo a Fipe.

O Brasil, além da perda de produtividade na safra que se encerrou, deverá ter redução na próxima, uma vez que parte da lavoura cafeeira foi afetada por geada.

O consumidor ainda vai pagar caro por um bom tempo pelo açúcar. O clima afetou lavouras de cana, a produção caiu e a entressafra será antecipada, mantendo em alta os preços tanto do açúcar como do etanol. As lavouras ainda estão recebendo a pressão dos custos de fertilizantes, agroquímicos e diesel.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, colunista: Mauro Zafalon, terça-feira 02 de novembro.

Desemprego dobra e inflação para os pobres dispara 40%

A inflação oficial pouco acima de 10% em 12 meses mascara reajustes equivalentes ao dobro disso no principal grupo de produtos consumidos pelos mais pobres, os alimentos. No período, eles subiram cerca de 20% —e quase 40% desde o início da pandemia.

O forte aumento no período agravou um cenário de disparada do desemprego na metade mais pobre do país. De 2014 a 2019, a desocupação nessa parcela da população quase dobrou (para 21%); e voltou a subir mais 8,5 pontos percentuais na pandemia.

O resultado da combinação de alimentos e desemprego em alta é a queda aguda do poder aquisitivo dos mais pobres, com o aumento da fome e da miséria no Brasil.

Segundo especialistas, para que os preços se estabilizem ou caiam nos próximos meses, é esperado que a atividade econômica e o emprego sofram ainda mais, repetindo o roteiro a partir de 2015, quando a inflação oficial (IPCA) cedeu de 10,67% naquele ano para 4,31% em 2019.

Para Andre Braz, coordenador do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), mesmo o aumento do juro pode ter impacto limitado na inflação caso preços dolarizados, como os de combustíveis, continuem subindo.

Segundo estratificação do Datafolha, 57% das famílias brasileiras atravessam o mês com menos de R\$ 2.200. Mas a renda é muito menor para os realmente pobres.

O resultado dessa perspectiva tem sido o rebaixamento das projeções de crescimento para os próximos meses —num quadro já muito difícil para os mais pobres. Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 31 de outubro.

Reservatórios enchem mais do que o esperado em outubro

Os reservatórios das hidrelétricas das regiões Sudeste e Centro-Oeste encheram mais do que o esperado em outubro, como reflexo das chuvas que caíram pelo país nas últimas semanas. A previsão é que o volume de chuvas continue acima da média em novembro.

Segundo o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o nível dos reservatórios dessas duas regiões, consideradas a caixa d'água do setor elétrico brasileiro, fechou outubro em 18,2%, 1,5 ponto percentual acima do registrado no fim de setembro.

Em sua programação mensal da operação, o ONS vê manutenção do cenário de recuperação nas principais bacias em novembro. No subsistema Sudeste e Centro-Oeste, o volume de chuvas deve chegar 106% da média histórica, elevando nível dos reservatórios para 18,7% no fim do mês.

Com a recuperação, os preços da energia continuam cedendo. O custo marginal de operação, que baliza as operações do ONS, caiu 41,56% na semana passada, para R\$ 94,09 por MWh (megawatt-hora). O preço de liquidação de operações no mercado livre de energia chegou à média semanal de R\$ 161,22 por MWh, contra R\$ 177,38 na semana anterior.

A maior parte dos consumidores não deve ver impactos em sua conta de luz neste momento, pois o governo continua acionando todo o parque térmico disponível.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 02 de novembro.